



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Comitê Gestor Regional do PJe - CGR PJe

ATA DE REUNIÃO

Reunião ordinária trimestral

PROAD n. 22708/2017

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Data	Horário		Local	Coordenador da reunião
	Início	Término		
18-06-2021	10h	11:10h	Videoconferência	Alysson Ricardo de Almeida Lopes

2. PAUTA DA REUNIÃO

-
<ul style="list-style-type: none">- 1 - Reformulação dos membros do Comitê;<ul style="list-style-type: none">a) Aprovar a indicação do novo representante de Juiz Substituto, Dr. Augusto Nascimento Carigé;b) Aprovar a indicação do novo representante dos Oficiais de Justiça, Eline Rose Lindozo Cavalcante;c) regularização da representação do MPT;- 2 - Proad 8589/2019 - Solicitação realizada pelo Ministério Público do Trabalho para integração do sistema PROAD-OUV ao MPT Digital.- 3 - PJeCor - Utilização do sistema PJe-Cor pelo MPT nos processos de competência da Corregedoria Regional e possibilidade de expansão para o Tribunal Pleno;- 4 - Sugestões de Melhorias:<ul style="list-style-type: none">a) Fellipe Pinho de Godoy - filtro para pesquisar por UF/Município na tela de selecionar endereço da parte em Preparar Expedientes e Comunicações;

- b) Fellipe Pinho de Godoy - ocultar o botão de “Cancelar” a autuação na tela de inclusão de partes;
- c) Rafael Miaki - inabilitar o botão de concluso para homologar liquidação, mesmo na fase de liquidação, quando o mesmo já tiver sido lançado no sistema.
- d) Rafael Miaki - filtros por processos pares e ímpares, ou por final da numeração no escaninho e no painel global;
- e) Remi Ferreira - indicar a classe do processo na tela das pautas de audiências;
- f) losmane Gomes - criar funcionalidade que possibilite pedir dilação de prazo para cumprimento dos mandados pelos OJAF. Hoje utilizam tal pedido devolvendo o mandado por não existir outra forma de fazê-lo;
- g) Thais Vargas - possibilidade de classificar tipos de documentos, quando são do mesmo tipo, em lote;
- h) Thais Vargas - que a tarefa “Assinar expedientes e comunicações - magistrado” conste o nome do magistrado selecionado como assinante do expediente;
- i) Thais Vargas - bloquear início da execução em processos que tiveram o início da liquidação, porém, ainda ausentes os movimentos de homologada a liquidação ou homologação do acordo em execução ou em cumprimento de sentença;
- j) PGF - alterar a ordenação das intimações confirmadas e dentro do prazo para seguirem a ordem de entrada naquele agrupador ao invés de ordenar por data de expiração.

3. PARTICIPANTES

Nome		
01	Desembargador Carlos Augusto Gomes Lôbo	Presidente
02	Juiz Ricardo César Lima de Carvalho Sousa	Coordenador executivo
03	Juiz Augusto Nascimento Carigé	Juiz Substituto
04	Claudemir da Silva	Representante da OAB-AC
05	Robert Armando Rosa	Secretário da SETIC
06	Maria José Corrêia	Representante do 1º grau
07	Mariluce da Silva Vlaxio	Representante dos calculistas
08	Bruno Nunes Labre	Núcleo de Apoio ao PJe
09	Alysson Ricardo de Almeida Lopes	Núcleo de Apoio ao PJe

4. DISCUSSÃO DA PAUTA

Deliberações	
1	- Foi aprovada a indicação do Excelentíssimo Juiz Substituto Augusto Nascimento Carigé e da Oficiala de Justiça Eline Rose Lindozo Cavalcante como novos membros do Comitê. Considerando a ausência de representante do MPT, será encaminhado e-mail àquele órgão propondo que não haja designação nominal de um Procurador específico, mas que o(a) Chefe da Procuradoria Regional indique livremente, dentre seus pares, quem participará das reuniões. A atual representante dos calculistas também requereu sua

	<p>substituição pela servidora Evelyn de Castro Valim (a qual, posteriormente, aceitou o encargo), sugestão também aceita pelo grupo.</p>
<p>2</p>	<p>- O secretário de TI apresentou a problemática envolvendo os processos administrativos que são encaminhados ao MPT, em específico os processos administrativos em grau de recurso. Colocou que o problema é antigo e que já foram feitas várias tentativas para melhorar o fluxo com a necessidade de envio dos processos administrativos ao MPT e conseqüentemente para julgamento do Pleno sendo que nenhuma delas obteve o resultado esperado que é a tramitação 100% eletrônica. Essas tentativas envolvem o uso dos sistemas Proad e SAP2, que de forma provisória estão sendo utilizados para tramitar o processo administrativo e incluí-lo em pauta das sessões do Pleno. Ocorre que o MPT não tem integração com o sistema Proad e o sistema SAP2 será descontinuado por obsolescência tecnológica. Por esses motivos, a SETIC sugere fortemente que a classe RecAdm seja habilitada no sistema PJe de forma que o processo administrativo, após receber algum recurso, passe a tramitar no PJe. O secretário de TI informou que essa questão já foi objeto de apontamento da Corregedoria Geral com determinação de inclusão da classe em tela e que em pesquisa realizada entre os TRTs, ficou constatado que ao menos 10(dez) Regionais já procedem desta maneira. Sendo assim, pelos motivos expostos este Comitê, aprova a proposta de utilização do sistema PJe-JT para tramitação de processos da classe “RecAdm - 1299”, sugestão a ser encaminhada à Presidente e Corregedora.</p>
<p>3</p>	<p>- Parte da discussão sobre a utilização do PJe-Cor foi tratada em conjunto com o item anterior. A demonstração de utilização da ferramenta pela Procuradoria Regional do Trabalho ficou prejudicada por não haver representantes do órgão presentes na reunião. Como informado pelo servidor Bruno Nunes Labre, a impossibilidade de utilização do sistema PJe-Cor para tramitação de Recursos Administrativos de competência do Tribunal Pleno (por haver imprescindibilidade de adequações desta ferramenta do fluxo colegiado, pelo CNJ, como mencionado no PROAD 1214/2021), corrobora a necessidade de se avaliar a sugestão apontada no item 2.</p>
<p>4</p>	<p>- Este Comitê aprova as seguintes propostas de melhoria do sistema:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Incluir o filtro para pesquisar por UF/Município na tela de selecionar endereço da parte em Preparar Expedientes e Comunicações; b) Retirar o botão de “Cancelar” a autuação na tela de inclusão de partes, a fim de evitar que o usuário selecione por acidente, o que causa retrabalho; c) Inabilitar o botão de concluso para homologar liquidação, mesmo na fase de liquidação, quando o mesmo já tiver sido lançado no sistema; d) Inserir filtros por processos pares e ímpares, ou por final da numeração no escaninho e no painel global; e) Indicar a classe do processo na tela das pautas de audiências. Apenas a sigla da classe será inserida antes da numeração do processo; f) Criar funcionalidade que possibilite pedir dilação de prazo para cumprimento dos mandados pelos OJAF, visto que, atualmente, é necessário realizar tal pedido devolvendo o mandado por não existir outra forma de fazê-lo;

- h) Ajustar a tarefa “Assinar expedientes e comunicações - magistrado”, para que conste o nome do magistrado selecionado como assinante do expediente;
- i) Bloquear início da execução em processos que tiveram o início da liquidação, porém, quando ainda estiverem ausentes os movimentos de homologada a liquidação ou homologação do acordo em execução ou em cumprimento de sentença.

As propostas “g” e “j” foram indeferidas, pois a primeira poderá levar os usuários a não utilizarem classificações mais específicas aplicáveis ao documento (o que, posteriormente, resultará em dificuldade de localizar certos documentos pela descrição), e a segunda acarretaria maior chances de perda de prazo pelo procurador/advogado (haja vista que as intimações com prazo mais próximo do fim não seriam mais posicionadas, obrigatoriamente, no início da página, dificultando sua localização).

5. PRÓXIMA REUNIÃO

Data	Responsável
Ainda a definir	Núcleo de Apoio ao PJe

6. FECHAMENTO DA ATA

Data da ata	Responsável
18-06-2021	Núcleo de Apoio ao PJe